



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Gabinete da Presidência

Departamento de Apoio aos Órgãos Colegiados Administrativos (DEACO)

Divisão de Análise de Atos Formais (DIATO)

NÚCLEO PERMANENTE DE COMBATE ÀS FRAUDES NO SISTEMA DE JUIZADOS ESPECIAIS (NUPECOF)

Instituição:

Ato Executivo nº 204/2018, publicado DJERJ de 25/09/2018.

A Resolução COJES nº 01/2021 disciplina os procedimentos de atos no NUPECOF e define suas atribuições.

Membros:

Juiz de Direito **PAULO ROBERTO SAMPAIO JANGUTTA** – Coordenador

Juiz de Direito **PAULO LUCIANO DE SOUZA TEIXEIRA**

Juíza de Direito **KEYLA BLANK DE CNOP**

Senhor **MARCIO PEREIRA CARVALHO**

Atribuições:

Averiguar e criar mecanismos para prevenir eventuais irregularidades na propositura de ações, no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais.

Atribuições do NUPECOF (Art. 4º da Resolução COJES nº 01/2021):

I - Intensificar a fiscalização dos processos identificados com suspeita de fraudes que tramitam no Judiciário fluminense.

II - Definir os procedimentos e medidas preventivas que deverão ser adotadas pelos Juízes de Direito de Juizados Especiais e das Turmas Recursais que identificarem suspeitas de irregularidades.

a - A Secretaria da COJES em apoio ao NUPECOF centralizará as informações sobre distribuições de ações com perfis de demandas e práticas fraudulentas reiteradas.

III - Traçar estratégias de atuação destinadas à redução do ajuizamento de demandas fraudulentas e eventos atentatórios à dignidade da justiça, no âmbito do sistema de Juizados Especiais.



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Gabinete da Presidência

Departamento de Apoio aos Órgãos Colegiados Administrativos (DEACO)

Divisão de Análise de Atos Formais (DIATO)

IV - Disponibilizar aos juízes do sistema banco de dados com informações de perfis de fraudes, pesquisas de distribuição por parte e advogados, jurisprudência, doutrina e acervo de suporte, através da área restrita de consulta.

V - Elaborar e submeter à Administração Superior do PJERJ, bem como ao Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça políticas e ações de enfrentamento às demandas predatórias e fraudulentas, a fim de assegurar o bom funcionamento do Sistema de Juizados Especiais.